



# A ESSÊNCIA DAS COISAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIZAÇÃO E A FORMAÇÃO CONCEITUAL

## THE ESSENCE OF THINGS: CONSIDERATIONS ABOUT CATEGORIZATION AND CONCEPTUAL FORMATION

**Alessandra Rodrigues da Silva** [rodriguesal@gmail.com](mailto:rodriguesal@gmail.com)  
Universidade Federal de Minas Gerais

**Gercina Ângela Borém de Oliveira Lima** [glima@eci.ufmg.br](mailto:glima@eci.ufmg.br)  
Universidade Federal de Minas Gerais

“Todo conhecimento exige um  
conceito, por mais imperfeito ou obscuro que ele possa ser”.  
(KANT, I. *Crítica da razão pura*).

### Resumo

A categorização é um dos processos fundamentais nas práticas da biblioteconomia e ciência da informação (BCI). Como insumo desse processo, tem-se o conceito, elemento que possibilita a interação humana com o universo e a geração de conhecimentos. Através de um estudo teórico objetiva-se descrever a relevância da formação conceitual para a organização do conhecimento na BCI.

### Palavras-chave

Categorização. Conceito. Organização do conhecimento.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas operações hodiernas de organização do conhecimento percebe-se a dinamicidade dos conteúdos e a necessidade de apropriação de um número crescente de conceitos. Estes processos são permeados pela categorização, considerada como o ato de agrupar itens conforme suas características – semelhanças e diferenças.

O ato de categorizar é inerente aos processos cognitivos humanos, dado que permite que sejam recordados elementos que propiciem a economia cognitiva<sup>1</sup> ao indivíduo, e ainda, possibilita aos seres comparar situações e estabelecer posições sobre as mesmas. Na realidade, as categorias estão presentes na atuação das pessoas, desde os atos simples às atividades complexas.

Como insumo do processo de categorização têm-se os conceitos – unidades básicas do processo, que possibilitam a apreensão e a diferenciação das coisas. São elementos que transcendem a visão superficial dos objetos e, atendendo a um requisito contemporâneo, consideram a abordagem semântica<sup>2</sup> da informação – vista como “[...] um meio de representação dos sentidos dos enunciados” (DUBOIS et al., 1979, p. 527).

Não tratam a informação ‘como o meio’ ou como algo estático, e sim, compreendem a realidade em que está inserida.

O presente estudo propõe um olhar sobre os conceitos como elementos fundamentais na categorização e, conseqüentemente, na organização do conhecimento na biblioteconomia e ciência da informação (BCI)<sup>3</sup>. Objetiva-se, mediante o estudo teórico, enumerar particularidades da categorização e dos conceitos no intuito de fornecer subsídios para discussões de como estes têm sido tratados pela literatura da área.

---

<sup>1</sup> Conceito trabalhado por Eysenck; Keane (2007), Rosch e Lloyd (1978) e Jacob (2004). Divide-se o meio ambiente em categorias para diminuir a quantidade de informação que se precisa aprender, perceber, lembrar e reconhecer.

<sup>2</sup> Na utilização do termo, não se baseia em nenhuma teoria específica da linguística, mas acredita-se na relevância da compreensão e da definição de um objeto. No exemplo de Dubois et al. (1979), considera-se um objeto a partir dessas duas perspectivas: a *cadeira* a partir de seus traços semânticos (encosto, pernas, entre outros) e a partir de sua referência (A, B, C, D, relação de denotação).

<sup>3</sup> Utiliza-se a expressão *biblioteconomia e ciência da informação* (BCI) para elucidar em que subárea e área este trabalho está inserido. Baseia-se, para tal fato, na designação das escolas inglesas e norte-americanas da expressão *Library and Information Science*. No Brasil, a Professora Lídia Alvarenga (Escola de Ciência da Informação - UFMG) utiliza o termo com a tradução tal como consta neste texto; emprega ainda a sigla BCI, para designá-la, em analogia à LIS, utilizada no inglês.

## 2 A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A CATEGORIZAÇÃO

Percebe-se que na esfera da organização do conhecimento<sup>4</sup> e, conseqüentemente, na recuperação deste, os atos de categorização são fundamentais. Isto porque a categorização “representa uma função essencial nos processos de memória, linguagem, raciocínio e resolução de problemas” (PINTO, 1992). Como elucidado por Costa (1998, p. 65), “[...] na sociedade, as classificações estão por todo lado, impregnam até ao mais íntimo e profundo de si próprias, a vida social.” Utiliza-se, neste texto, com base nos trabalhos de Pinto (1992) e Gardner (1996), os termos categorizar e classificar como equivalentes. Sabe-se de estudos que os diferenciam, como o de Jacob (2004), mas na perspectiva trabalhada acredita-se que estes possam ser tratados de forma análoga.

Pinto (1992, não paginado) recorda que:

a formação de categorias guia não só o nosso pensamento, mas também o nosso comportamento. [...] Ser capaz de classificar [...] é um acto que, em determinadas circunstâncias, poderá revelar-se fundamental em termos de sobrevivência.

As categorias são delineadas tanto na esfera individual quanto na esfera social dos indivíduos, e se desenvolvem de maneira diferenciada, uma vez que “essas atividades [os processos cognitivos] são desempenhadas por indivíduos que têm níveis diferentes de habilidade em raciocínio lógico e em memória visual [...]” (LIMA, 2007, p. 159).

A categorização é vista por muitos estudiosos como o núcleo das atividades em BCI. Alguns a consideram o processo básico que está presente em quase todas as atividades da área. Isso se deve, primordialmente, à necessidade constante de recuperar informações para o atendimento das demandas dos usuários.

Através do atendimento das demandas dos usuários verifica-se a adequabilidade e a eficiência de um sistema de recuperação da informação (SRI). Vários fatores interferem no devido cumprimento dessa função, e ressalta-se a categorização intersubjetiva, que induz a um código comum entre sistema e usuário, e logo, uma comunicação mais eficiente entre estes.

A categorização procura fatorar as características dos objetos de maneira que se identifiquem as mais prováveis de serem buscadas pelos usuários. Lancaster e Warner (1993) enunciam que, na essência, o problema é que a informação de um SRI tem de

---

<sup>4</sup> Tal como Le Coadic, compreende-se a informação como um conhecimento: “um conhecimento (um saber) é o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito apreende um objeto. Conhecer é ser capaz de formar a idéia de alguma coisa; é tê-la presente no espírito [...]” (LE COADIC, 2004, p. 4).

corresponder às mensagens apresentadas pelos usuários. Por conseguinte, a utilização de processos de categorização, que se assemelhem à forma como as pessoas realizam seus processos de definição de problemas e escolhas, permite que esta aproximação ocorra em um número maior de casos. Jacob (2004) ratifica este pressuposto, ao enunciar que deve haver um acordo entre a organização cognitiva da informação realizada pelo indivíduo e a organização formal imposta pelo sistema.

### **3 OS CONCEITOS ORIENTADOS PARA OS OBJETOS**

A classificação na BCI alterou seu sentido de um sistema para ordenação física de itens (distribuição em classes), para um sistema de apresentação de conceitos orientados para os objetos (DAHLBERG, 1978a). Dessa forma, a abordagem atual é de extração dos conceitos dos documentos a partir de uma análise hermenêutica, um percurso interpretativo da 'essência das coisas'.

Toda a apreensão de um objeto, a distinção de suas características, a comparação, se dão na ordem conceitual e, para tanto, é preciso compreender o que é o conceito e quais são suas possíveis relações. Explicitam-se as principais relações conceituais descritas pela literatura da área, mas sabe-se que dada a infinidade das possibilidades cognitivas humanas, este relato é parcial e digno de análise constante.

#### **3.1 O conceito: a soma dos predicados verdadeiros**

Os conceitos, objeto de estudo de várias disciplinas como a filosofia, a linguística, a matemática, constituem-se como os elementos fundamentais da atividade classificatória na BCI. A pesquisadora alemã, Ingetraut Dahlberg, os define como:

a unidade do conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais lingüísticos, pode ser comunicado (DAHLBERG, 1978a, p. 12).

Os predicados são atributos existentes nos objetos, compreendem suas características. Dahlberg (1992) afirma que a soma total dos predicados possíveis irá compor a soma total das características dos conceitos e, assim, determinar o conteúdo dos conceitos. É aquilo que se pode dizer de algo.

Os conceitos podem ser essenciais ou acidentais. Estes possuem caráter facultativo, adicional, servem como complemento à noção de objeto, acrescentam-lhe atributos que

não interferem em sua base. E aqueles refletem os traços fundamentais de um objeto, a natureza sem a qual ele não se identifica, não existe.

Para a transmissão dessas características é necessária a utilização da linguagem que opera como um instrumento de ligação entre o mundo das ideias, das sensações e das percepções com uma realidade partilhada entre determinados indivíduos. A linguagem é definida, em sentido estrito, como

[...] a capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais (ou língua), que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centros nervosos geneticamente especializados” (DUBOIS et al., 1973, p. 387).

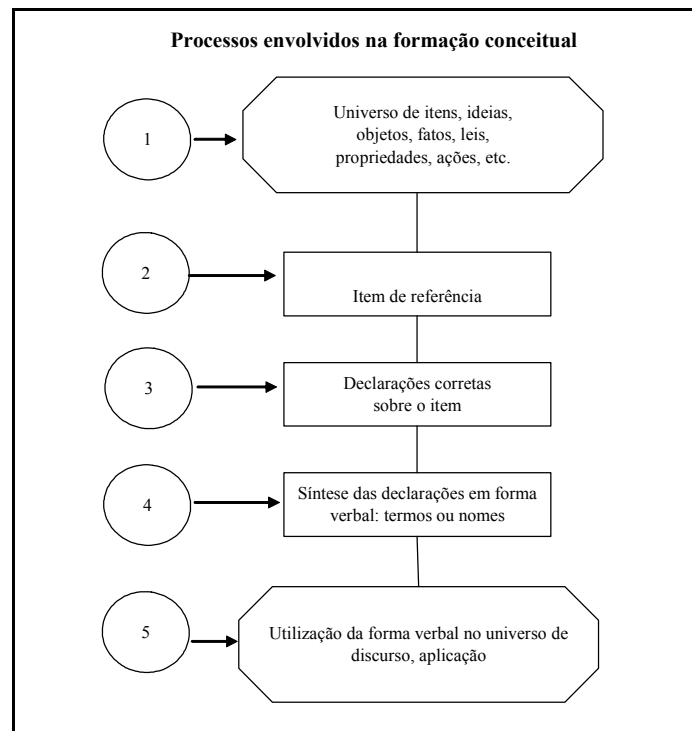
Em uma acepção ampla, a linguagem é conceituada como “[...] qualquer meio sistemático de comunicar idéias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc.” (HOUAISS, 2007, p. 1763). Observa-se assim o caráter multifacetado da linguagem – pode ocorrer através de diversos gestos – de maneira que permite grandes possibilidades, o que acarreta imensa subjetividade na formação conceitual. Dahlberg (1978a, p. 12) ressalta a importância da “explícita verbalização das propriedades de um objeto, [...] a fim de que seja possível a comunicação intersubjetiva do mesmo objeto”.

O estudo da linguagem na BCI relacionado ao processo conceitual se fundamenta nos saberes registrados, já que, independentemente do tipo de manifestação, o que importa para esta área é a formalização do conhecimento em algum suporte, seja ele impresso, eletrônico ou outro. Para a expressão dos conceitos, a BCI procura apropriar-se amplamente das possibilidades linguísticas, uma vez que um SRI deve refletir ao máximo a realidade de uma determinada comunidade, ou seja, deve conhecer amplamente suas formas de expressão.

Jacob e Albrechtsen (1999), apoiadas nos trabalhos do filósofo russo Mikhail Bakhtin (1981), afirmam que a comunicação linguística pessoal está inerentemente associada ao processo social de construção da realidade e que uma efetiva comunicação linguística está ancorada na heteroglossia. Para Bakhtin a heteroglossia relaciona-se ao amálgama de dialetos sociais, políticos e profissionais que compõem a linguagem. Cada um desses dialetos reflete as intenções sociopolíticas de um grupo particular de indivíduos em um determinado período.

Para Dahlberg a percepção dos conceitos está essencialmente associada ao estado de conhecimento do indivíduo, aos *insights* e à abertura que possui, bem como a consciência das possibilidades linguísticas existentes.

A formação dos conceitos – ação em que se tem o encontro “das palavras com as coisas”, “dos objetos com os referentes” (ALVARENGA, 2006) – se dá mediante a junção dos enunciados verdadeiros sobre estes, exige análise, interpretação e síntese. Alvarenga (2006) enuncia que o conceito é o elemento invariável dos registros do conhecimento, uma vez que estes podem apresentar-se em formatos distintos, mas a essência, o conteúdo, mostra-se independente da forma. A seguir, reproduz-se um esquema da construção de conceitos baseado nos escritos de Dahlberg:



**Figura 1** – Modelo de construção dos conceitos

Fonte: Diagrama baseado no trabalho de DAHLBERG, 1992, tradução livre.

São de especial atenção para os processos da BCI a quarta e a quinta etapas explicitadas no diagrama. Durante o processo de síntese o profissional deverá assimilar a percepção conceitual ao termo que ‘melhor’ a expresse, recordando que isto ocorre dentro de um determinado universo de ideias (primeira etapa). O termo ‘melhor’ pode ser compreendido como aquele que corresponda à abordagem cognitiva de um determinado grupo de usuários, ou seja, da comunidade a ser atendida pelo SRI.

A utilização da forma verbal no universo do discurso ratifica “o acordo cognitivo entre sistema e usuários” (JACOB, 2004) e reflete a heteroglossia da área mencionada por Bakhtin. Por sua vez, dada a influência dos fatores socioculturais na construção desta, a utilização da forma verbal se faz instável, circunscrita a um espaço de tempo<sup>5</sup>.

Normalmente, conceitos relacionados a objetos concretos (por exemplo: gato, carro, flor) são mais fáceis de se definir, já aqueles ligados a abstrações (como o preconceito, os sentimentos, a consciência) são de difícil caracterização. Isso se deve à descrição dos predicados – fundamento da estrutura conceitual – que se voltados ao mundo material possuem características mais claras, visíveis, objetivas, estáveis do que as abstrações, de entendimento mais restrito, dinâmicas e circunscritas a um contexto.

### 3.2 Da generalidade à especificidade: os conceitos gerais e individuais

Conforme a abordagem que se tem, os conceitos podem ser individuais ou gerais. Estes são vistos de maneira ampla, genérica, situados fora do tempo e do espaço (por exemplo, as universidades), e são de grande importância ao estudo do processo de categorização. Aqueles são identificados pelas dimensões de tempo e espaço, sendo únicos em um dado universo (por exemplo, a Universidade Federal de Minas Gerais). Dahlberg assevera que

[...] é fácil verificar que o conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada. [...]. É fácil também verificar que os elementos contidos nos conceitos gerais encontram-se também nos conceitos individuais, sendo, portanto, possível reduzir os conceitos individuais aos gerais e ordená-los de acordo com os conceitos gerais. (DAHLBERG, 1978b, p. 102)

Pode-se afirmar que os conceitos individuais estão contidos nos conceitos gerais, mas possuem um grau maior de especificidade. Assim, conhecendo-se os conceitos gerais é possível realizar inferências e categorizar os conceitos individuais. Os primeiros servem de parâmetro para a localização dos segundos.

Essas noções de derivação apóiam-se na teoria aristotélica de categorias, a qual enuncia que os conceitos mais específicos em uma categoria são detentores das características dos conceitos mais gerais. Como exemplo, pode-se citar um canário

---

<sup>5</sup> A palavra *bárbaro*, por exemplo, possui etimologia no grego ‘*barbarus*’ e denotava ‘o que era estrangeiro’, ‘selvagem, grosseiro, inculto’ (CUNHA, 1986, p. 98). Com o tempo, também adquiriu o sentido de valoroso, destemido, corajoso.

(representante mais específico da categoria) que possui todas as características de aves (categoria mais geral). Smith e Medin (1981) expressam essa ideia da seguinte forma: se X é um subsistema do conceito Y, as características que definem Y estão inclusas em X.

<u>Animal</u>	<u>Pássaro</u>	<u>Canário</u>
F <sub>1</sub>	F <sub>1</sub>	F <sub>1</sub>
	F <sub>2</sub>	F <sub>2</sub>
		F <sub>3</sub>

**Quadro 1** – Representação das características dos conceitos  
Fonte: Quadro baseado nos trabalhos de SMITH; MEDIN, 1981.

O indicador F corresponde às características dos conceitos. Percebe-se que F1 é a característica comum a todos os conceitos, e que as demais vão se restringindo conforme o conceito se torna mais específico.

### 3.3 Algumas relações entre os conceitos

Os conceitos diferentes, que apresentam alguma ou algumas características em comum, podem ser comparados entre si. A comparação pode referir-se ao cotejo das características – intituladas como relações formais, ou ainda, basear-se no conteúdo das mesmas – chamadas de relações materiais. Estas últimas podem ser de quatro tipos: relações genéricas, relações partitivas, relações de oposição e relações funcionais.

As relações genéricas existem entre conceitos que possuem características idênticas, sendo que algum deles possui características adicionais ao outro. São vistas como relações hierárquicas, já que existe um conceito ‘superior’ e um conceito mais restrito.

As relações partitivas ocorrem entre “o conceito de um todo qualquer e as partes desse todo” (DAHLBERG, 1978a, p. 15). Por exemplo, corpo humano: braços, pernas, olhos, orelhas, boca, entre outros. Também ocorre em um produto e os elementos que o constituem.

As relações de oposição podem indicar contradição ou contrariedade. A contradição reflete aquilo que contradiz algo, como no exemplo: número – não-numérico. Já a contrariedade, é algo que é contrário, oposto a outro: branco – preto.

As relações funcionais aplicam-se a conceitos que expressam processos e estão relacionadas à valência dos verbos que expressam. Dahlberg (1978b, p. 105) define a valência como “a soma dos lugares a serem preenchidos de acordo com a ligação deste



conceito [o verbo] com outros”. A seguir, é apresentado, no QUADRO 2, um exemplo da valência do verbo medir:

---

Ex.: se se tratar da valência semântica do verbo *medir* teremos que responder às seguintes questões:

- o que é medido? p. ex. a temperatura
  - com que instrumento é feita a medição? p. ex. com um termômetro
  - de acordo com que sistema? p. ex. de acordo com o sistema de Celsius
  - de que coisa é medida a temperatura? p. ex. de uma célula viva.
- 

**Quadro 2 – Valência do verbo ‘medir’**

Fonte: DAHLBERG, 1978b, p. 105.

Essas são algumas das possíveis relações entre os conceitos. Diversas outras podem se dar mediante os traços peculiares de cada objeto e do contexto em que este é analisado. As relações conceituais permitem confrontar os conceitos e conhecê-los mais amiúde, dado que nesta oportunidade se colocam em questão os atributos dos quais são formados.

Os instrumentos de recuperação da informação utilizados na BCI podem ser visualizados, em níveis diferenciados, como sistemas de conceitos, e procuram expressar os diferentes tipos de relações entre estes. Ao categorizar/classificar itens, a distinção é feita conforme a ordem conceitual, de maneira que reflete na identificação das categorias que os conceitos pertencem.

### **3.4 Instrumentos de representação da informação como sistemas de conceitos: as classificações facetadas e os tesauros**

Os instrumentos de recuperação da informação atuam na BCI como elos entre os documentos e a categorização realizada pelo profissional da informação. Expressam, por meio de um vocabulário controlado, a apreensão realizada sobre o assunto de um documento, ou seja, atuam como ‘tradutores’ entre os conceitos apreendidos e a realidade de uma dada comunidade<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Batista (2004) questiona a afirmação de que as classificações bibliográficas possam ser consideradas instrumentos de recuperação da informação e, conseqüentemente, sistemas conceituais. Conforme esta autora, estes sistemas são adequados à organização física de itens: “[a]s tabelas de classificação visam primordialmente o arranjo e, assim sendo, a classificação (ato de classificar) precisa tender a generalização do conteúdo temático dos documentos, pois só pode atribuir um endereço ao documento” (BATISTA, 2004, p. 14).

Relacionando-se a atividade de recuperação da informação ao ato de classificar, percebe-se que este pode compreendida a partir de três perspectivas: enquanto produto (sistemas de classificação), como processo (ação de dividir coisas e objetos) e ainda como teoria (NAVES, 2006). O professor Astério Campos, na década de 1970, já enunciava os equívocos decorrentes da visualização da classificação apenas como produto, através de sistemas pré-definidos e, muitas vezes, falhos, em detrimento do processo, ou seja, da “[...] classificação enquanto o processo básico e insubstituível do pensar humano” (CAMPOS, 1978, p. 3).

A classificação, enquanto produto na BCI, avançou exponencialmente no século XX, baseada sobretudo no empirismo, desconsiderando a pura teoria (NAVES, 2006). Foram desenvolvidos sistemas baseados em vivências e muitos repetem princípios uns dos outros.

O norte-americano Melvil Dewey, no século XIX, elaborou a Classificação Decimal de Dewey (CDD), um sistema de notação decimal baseado em Bacon, hierárquico e, atualmente, o mais adotado no mundo. No século XX, os estudiosos Paul Otlet e Henri La Fontaine estruturaram, fundamentados na CDD, a Classificação Decimal Universal (CDU). Esta surge em atendimento às demandas do controle bibliográfico universal e inova ao empregar a notação mista.

As classificações até então possuíam uma estrutura essencialmente hierárquica e enumerativa, com restrições sobre as relações conceituais. Estas foram fundamentadas em basicamente um único tipo de relacionamento conceitual – o de inclusão (gênero/espécie) (CAMPOS, 1978; BATISTA, 2004). Isso acarretou deficiências na utilização desses produtos, uma vez que a associação de assuntos se fazia restrita.

Dentre os estudos que conferiram bases teóricas ao processo de classificação na BCI, destacam-se os do bibliotecário indiano S. R. Ranganathan, (década de 1930). O estudioso é considerado o introdutor do método científico na BCI (NAVES, 2006) e, para a pesquisadora alemã Ingetraut Dahlberg, “com ele [Ranganathan] a classificação na BCI encontrou seu verdadeiro caminho”.

Ranganathan inovou ao propor um sistema de classificação facetado, mais dinâmico e flexível que os até então existentes, denominado *Colon Classification* – também chamado de Classificação de Dois Pontos. Nele, o conhecimento é visualizado de maneira multidimensional, ocorrendo ligações entre os vários tipos de conceitos (método

analítico-sintético), uma vez que entre dois pontos de um sistema pode ocorrer um número infinito de assuntos.

Apesar disso, a *Colon Classification* não se expandiu para outras regiões do mundo, mas a influência dos estudos de Ranganathan é visível nas abordagens de análise de assunto da atualidade. Vários são os trabalhos que se fundamentam nos estudos deste bibliotecário e, mesmo sistemas solidificados, como a CDD e a CDU, vêm tentando agregar algum grau de facetamento a suas estruturas, como ainda iniciativas de organização da informação em ambiente virtual.

Dahlberg (1978a), ao comentar sobre as classificações facetadas, afirma que nestes sistemas obtiveram-se conjuntos estruturados de conceitos, devido às facetas e seus elementos refletirem na formação das categorias. Alvarenga enuncia que

a classificação facetada, preconizada por Ranganathan, [...] permite uma grande multiplicidade de combinações de conceitos, possibilitando uma estruturação semântica dos conceitos constantes dos documentos. (ALVARENGA, 2006, p. 91).

Para Ranganathan a “análise facetada” é um processo analítico-sintético que envolve a faturação dos assuntos compostos em facetas para, em seguida, fazer uma síntese formada da recombinação das partes encontradas na análise, visando-se indexar ou arranjar documentos em um SRI, segundo seus assuntos, por meio de uma representação. Associando esta afirmação ao quadro de formação conceitual de Dahlberg (1992) percebe-se que a última etapa – utilização da forma verbal no universo do discurso – corresponde à representação enunciada por Ranganathan, ou seja, a análise facetada possui similaridades com o processo de formação conceitual.

Ranganathan enuncia postulados que considera úteis ao processo de classificação. Um dos principais se refere à existência das cinco categorias fundamentais, a saber: personalidade, matéria, energia, espaço e tempo (identificadas pela sigla inglesa PMEST).

O *tempo* e o *espaço* são as instâncias que, conforme se viu alhures, individualizam o ser. São de fácil identificação, autoevidentes. A categoria *energia* requer mais esforço para compreensão, geralmente é associada a ações de qualquer tipo. A *matéria* é representada pelos materiais ou algo equivalente. Não é difícil reconhecer essa categoria em objetos, no entanto, ela não ocorre facilmente em assuntos de documentos. Já a

personalidade é tida como aquela de mais difícil identificação. Normalmente, ela só é reconhecida com a utilização do Método de Resíduos<sup>7</sup> (RANGANATHAN, 1985).

Credita-se o embasamento das categorias fundamentais de Ranganathan aos estudos do filósofo grego Aristóteles (ca. 384/383 – 322 a.C.). Em seu tratado “*Categorias*”, primeiro da série dedicada à lógica na obra *Órganon*, Aristóteles trabalha com as categorias ou predicáveis (de *predicaere* = atribuir). Pioneiro no estudo das categorias no sentido que se conhece hoje, antes de seus estudos não existia uma abordagem filosófica ou técnica para as mesmas (MORA, 2004).

As categorias aristotélicas constituem as dez<sup>8</sup> unidades, ditas por Aristóteles, como aquelas que estão fora de toda a combinação, refletem a reunião das expressões sem ligação e, por si só, não podem ser tidas como verdadeiras ou falsas. As categorias consistem em “classes gerais em que, segundo ele [Aristóteles], [pode-se] situar, ordenadamente, as idéias que temos das coisas e que constituem os dez gêneros supremos, as dez essências mais gerais [...]” (PIEDADE, 1977, p. 10, grifou-se). A seguir a listagem:

<b>Categorias</b>	<b>Exemplos</b>
Substância / Essência	Homem, cavalo, pedra
Qualidade	Branco, azul, virtuoso
Quantidade	Duas varas, grande, dois quilos
Relação	Duplo, meio, mais pesado
Tempo / Data / Duração	O ano passado, ontem, 1982
Lugar	Aqui, Brasil, no Liceu
Ação	Amando, correndo, falando
Paixão / Sofrimento	Derrotado, cortado
Maneira de ser / Condição	Saudável, febril
Situação / Posição / Estado	Horizontal, sentado, deitado

**Quadro 3** – Categorias de Aristóteles

Fonte: Adaptação dos textos de PIEDADE, 1977; MORA, 2004.

É perceptível a associação das categorias aristotélicas às categorias fundamentais de Ranganathan. O que Aristóteles denomina como ‘substância’ ou ‘essência’ é claramente visto como a ‘personalidade’ de Ranganathan. O mesmo se dá com outras categorias, com o detalhe de parecer que o bibliotecário indiano compactou algumas

<sup>7</sup> Este implica na separação de todas as outras manifestações (T, S, M, E) para então o que restar ser classificado como personalidade.

<sup>8</sup> Alguns compiladores das obras aristotélicas apresentam variações da quantidade das categorias, ampliando para doze itens ou, às vezes, condensando em três ou quatro – o próprio Aristóteles assim o fez em algumas obras (*Tópicos* – listagem distinta também de 10 categorias, *Physica* – listagem de oito categorias). “Isto parece dar a entender que Aristóteles não considerava a lista das categorias como fixada de uma vez por todas e que, em princípio, se podia descobrir que uma categoria era redutível à outra [...]” (MORA, 1994, p. 416).

categorias na fórmula do PEST. Ainda assim, em estudo algum Ranganathan referenciou a Aristóteles de forma explícita.

Apesar do delineamento flexível e da presença de poli-hierarquias entre os conceitos, as classificações facetadas possuem caráter restritivo (BATISTA, 2004), uma vez que sua estrutura é sensível ao contexto em que estão inseridas. Ainda que Batista (2004) tenha visto essa restrição de forma maléfica, percebeu-se<sup>9</sup> que a mesma vai de encontro a uma significativa perspectiva do conhecimento na pós-modernidade<sup>10</sup> – *todo conhecimento é local e total*<sup>11</sup>, uma vez que se tem a apropriação dos conhecimentos relacionados ao *locus* de onde emergem.

Os tesouros, dada a evolução que constituem enquanto instrumentos de recuperação da informação, são visualizados por muitos estudiosos como sistemas conceituais. Assim como as classificações facetadas, encontram-se circunscritos a um domínio, a um determinado universo do conhecimento. Batista afirma que

Os tesouros sistematizam conceitos, espelhando diferentes tipos de relações existentes entre os termos. Além das relações genéricas e partitivas, incluem a relação de homonímia e sinonímia, e várias outras relações associativas. (BATISTA, 2004, p. 14)

Através das referências cruzadas que possuem, possibilitam a ampliação das relações entre os conceitos e a aproximação da realidade de uma certa comunidade de usuários. Delineiam-se assim redes de conceitos que conferem maior flexibilidade e abertura a esses instrumentos.

Parcela das características presentes nos tesouros deriva-se dos princípios e métodos que orientam sua estruturação: a garantia literária e a ratificação do usuário. Tem-se a junção do método indutivo (terminologia coletada na literatura) e do método dedutivo (consenso dos especialistas da área). Mesclam-se conceitos presentes nos paradigmas dominantes da área com tendências emergentes (BATISTA, 2004).

<sup>9</sup> Apontamento das autoras do presente trabalho com base nos levantamentos teóricos realizados.

<sup>10</sup> Não se adentra aqui nas contradições epistemológicas acerca do que é moderno ou pós-moderno. Apropria-se do termo de Santos (2003) como um posicionamento adequado a BCI quanto as ciências e ao conhecimento.

<sup>11</sup> Boaventura de Sousa Santos ao dissertar sobre o conhecimento na pós-modernidade, a partir de uma perspectiva emergente, elucida que o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal, mas sendo total é local. “Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adoptados por grupos sociais concretos como projetos de vida locais [...] A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros [...]”. Compreende-se que o caráter restritivo das classificações facetadas age como um elo a um determinado grupo social, ou seja, uma comunidade específica a ser atendida por um SRI. (SANTOS, 2003, p. 76).

Acredita-se que outros instrumentos de representação da informação, além das classificações facetadas e dos tesouros, também possuam caráter conceitual, ainda que abordado de forma superficial. Batista (2004) menciona as classificações enumerativas e as listas de cabeçalho de assunto como instrumentos “fracos” na representação conceitual. Isso se deve, sobretudo, as restrições quanto às relações entre os conceitos nesses sistemas, além de uma tendência a generalização na representação do conteúdo dos documentos.

#### **4 ALGUNS APONTAMENTOS**

A ênfase na categorização enquanto um produto – como as classificações empregadas na BCI, levou a uma abordagem predominantemente pragmática do assunto. Poucos trabalhos buscam aprofundar-se no tema enquanto um ato intelectual, o que acarreta no não entendimento de seus elementos, e em especial, da exclusão do conceito como insumo de todo o processo.

O conceito deve ser compreendido em extensão para os estudos sobre a categorização, já que está presente em todos os atos cognitivos e que atua como elemento de junção dos referentes com uma dada realidade linguística. São múltiplas as relações entre os conceitos, mas mediante as até então conhecidas, pode-se afirmar que esses são dinâmicos, mutáveis e possuem um componente sociocultural explícito. Apesar de serem ‘o elemento invariável’ em um registro do conhecimento, eles são flexíveis, pois cada indivíduo pode acrescentar-lhe características, ou seja, delinea-se de forma subjetiva.

Ao se pensar na etapa de tradução, no processo de categorização, como um momento de encontro ‘das palavras com as coisas’, o profissional que possui o entendimento da heteroglossia da área em que atua conseguirá captar melhor a ordem conceitual da comunidade do SRI que objetiva atender e, conseqüentemente, realizará uma classificação mais coerente com as necessidades destes usuários.

A partir da visualização dos instrumentos de recuperação da informação como um conjunto estruturado de conceitos, a atividade de categorizar se dá mais próxima da realidade, e pode resultar, em uma aproximação efetiva do sistema de recuperação da informação e o universo dos usuários.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lídia. Organização da informação em bibliotecas digitais. In: NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio. *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. cap.6, p. 76-98.

BATISTA, Gilda Helena Rocha. Redes de conceitos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 11-17, jan./jun. 2004.

CAMPOS, Astério. O processo classificatório como fundamento das linguagens de indexação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 6, n. 1, 1978.

COSTA, António Firmino da. Classificações sociais. *Leitura*, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, out. 1997/ abr. 1998.

DAHLBERG, Ingetraut. Fundamentos teóricos-conceituais da classificação. *R. Bibliotecon. Brasília*, Brasília, v. 6, n. 1, jan./jun. 1978a.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization and terminology: philosophical and linguistic bases. *International Classification*, v. 19, n. 2, p. 65-71, 1992.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ci. Inf.*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978b.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. *Manual de psicologia cognitiva*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GARDNER, Howard. *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*. Tradução Cláudia Malbergier Caon. São Paulo: Edusp, 1996. (Ponta, 9).

JACOB, Elin. *Classification and categorization: a difference that makes a difference*. *Library Trends*, v. 52, n. 3, p.515-540, Winter 2004.

JACOB, Elin. K.; ALBRECHTSEN, Hanne. When essence becomes function: post-structuralist implications for an ecological theory of organizational classification systems. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON RESEARCH IN INFORMATION NEEDS, SEEKING AND USE IN DIFFERENT CONTEXTS WILSON, 2., 1998, Sheffield. *Proceedings...* London, Taylor Graham Publishing, 1999.

LANCASTER, F. Wilfrid; WARNER, Amy J. Some basics of information retrieval. In: \_\_\_\_\_. *Information retrieval today*. Arlington, VA, USA: Information Resources Press, 1993. cap. 1, p. 1-19.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. 2. ed. Tradução de Maria Yêda F. S. de Figueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Categorização como um processo cognitivo. *Ciências & Cognição*, v. 11, p. 156-167, 2007. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

LINGUAGEM. In: INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 1994. Tomo I (A-D).

NAVES, Madalena Martins Lopes. A importância de Ranganathan para a organização do conhecimento. In: NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio. *Organização da informação: princípios e tendências*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. cap.6, p. 76-98.

PIEIDADE, M. A. Requião. *Introdução à teoria da classificação*. 2. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINTO, Amâncio da Costa. *Categorização de itens verbais: medidas de frequência de produção de tipicidade*. Porto: Relato técnico de Centro de Psicologia Cognitiva da FPCE da UP, 1992. Não paginado.

RANGANATHAN, S. R. Facet analysis: fundamental categories. In: CHAN, Lois Mai; RICHMOND, Phyllis A.; SVENONIUS, Elaine. *Theory of subject analysis*. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1985. p. 87-93.

ROSCH, Eleanor; LLOYD, Barbara B. *Cognition and categorization*. Hillsdale, New Jersey: Halsted, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003

SMITH, Edward E.; MEDIN, Douglas L. *Categories and concepts*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981. (Cognitive Science Series; 4).

---

### **Title**

The essence of things: considerations about categorization and conceptual formation

### **Abstract**

Categorization is one of the fundamental processes on the practices of library and information sciences (LIS). The concept comes as an input from this process, which makes possible the human interaction with the universe, and the generation of knowledge. Our target is to describe, through a theoretical study, the relevance of conceptual formation to the knowledge organization at LIS.

### **Keywords**

Categorization. Concept. Knowledge organization.

---